

Apresentação

A *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* chega ao seu terceiro ano abrindo o v. 3 n. 1 com o Dossiê Processos de Territorialização e Identidades Sociais, organizado por Rosemeire Aparecida Scopinho. Fruto de um Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) proposto pela UFSCar e contando como parceiras com a UFAM e a UFAC, neste diálogo interinstitucional de perspectiva multidisciplinar os autores e autoras problematizam as diferentes formas de ocupação da Região Amazônica dentro do processo ideológico que tem sido chamado de *desenvolvimento sustentável*, analisando as relações de poder, as disputas territoriais e as metamorfoses identitárias, entre outros elementos, decorrentes de tais mudanças. A seção artigos abre com uma bela reflexão metodológica de Howard Becker sobre como fazer sociologia da música evitando o etnocentrismo e reconhecendo a importância da interdisciplinaridade. Para isso, o autor retrança sua trajetória tanto acadêmica quanto como músico profissional, mostrando ao leitor o quanto o diálogo entre arte e ciência é enriquecedor para ambas. Vale ressaltar que essa foi uma conferência realizada por Becker na França e pela primeira vez está sendo publicada em um periódico.

A partir da perspectiva do interacionismo simbólico para a análise dos movimentos sociais, Jordão Horta Nunes coteja esta abordagem com outras teorias correntes desde a segunda metade do século XX para tratar do tema a partir das noções de ação coletiva e de identidade coletiva. Nunes procura dialogar principalmente com a teoria dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político, para chegar à proposta de utilização da teoria do *frame*, principalmente referenciada nos trabalhos de Erving Goffman. No artigo, chama a atenção o argumento sobre as potencialidades analíticas da teoria do *frame*, sem dispensar elementos que considera relevantes das outras teorias para análise dos movimentos sócias, quando sua aplicação se dá em casos de movimentos bastante distintos na América Latina, por exemplo: a campanha do Avaaz “Veta Dilma”, voltada contra a proposta de novo Código Florestal, para que a presidenta vetasse tal iniciativa; ainda no Brasil a constituição do Afro Reggae, conhecido movimento social iniciado nas favelas do Rio de Janeiro ou o caso mexicano do *Superbarrio*, ativista que se apresentava como uma espécie de herói mascarado, a partir de diversas mobilizações de movimentos urbanos, para as reivindicações de bairros menos favorecidos na Cidade do México na década de 1980.

Natália Aparecida Morato Fernandes analisa em seu artigo as políticas públicas voltadas à cultura no regime ditatorial de 1964-1985, principalmente relacionando-as ao projeto político-ideológico dominante no regime deste período. Além da censura, tema de maior recorrência, segundo a autora, na denúncia de intelectuais à época e posteriormente, bem como nas análises acadêmicas, identifica outras duas frentes principais da política de cultura do regime autoritário: o investimento em infraestrutura de telecomunicações e a criação de instituições do aparato estatal para a realização de uma política cultural oficial. Para Fernandes, mesmo havendo descontinuidades, ambiguidades e contradições da política de cultura oficial no período – produto da própria disputa interna ao regime –, esta pode ser caracterizada pela ideologia ou projeto político de integração, baseada na segurança nacional e em uma noção de identidade nacional que marginaliza ou exclui significativamente a produção cultural divergente desta perspectiva. Ao mesmo tempo a política cultural da ditadura investe diretamente ou fomenta, num viés desenvolvimentista, uma indústria cultural no país. À sua maneira, segundo a autora, o regime ditatorial acaba por consolidar, para além dos governos que o antecederam, uma política cultural nacional.

Numa interpretação também interacionista Priscila Pereira Faria Vieira trata da procura por trabalho ou ocupação, justificando-a como objeto relevante para a sociologia. A autora parte da discussão com as interpretações da sociologia do trabalho, da sociologia do desemprego e da sociologia econômica. Identifica que por mais que esta produção acadêmica tenha reconhecido a situação de desemprego, inclusive em seus aspectos subjetivos e morais, como objeto relevante, a busca por ocupação como experiência vivida e não apenas como definidora da situação de desemprego (que se diferencia da “inatividade”) foi pouco trabalhada na sociologia. A proposta de Vieira é tomar a procura do indivíduo por trabalho como objeto em si, dada sua relevância, entre outros aspectos, como momento para construção dos comportamentos e expectativas sociais que a classificação desemprego carrega. Com atenção à situação social, enquanto unidade de análise, a autora expõe no artigo parte do trabalho empírico de investigação que realizou junto a um cluster de intermediação de mão de obra no centro da cidade de São Paulo. A partir de sua pesquisa, são apresentados no artigo alguns dos elementos descritivos, mas principalmente analíticos, da construção de códigos e práticas pelos indivíduos, estes se constituindo enquanto atores legitimados na demanda por trabalho no próprio processo ou experiência da procura por trabalho.

Carla Carvalho e Sergio Schneider fazem uma reflexão sobre o processo de mobilidade social e posições de gênero das mulheres em uma pequena

comunidade rural de Cabo Verde. Ocupando um lugar tradicionalmente visto como masculino, o trabalho nas “fornadjas”, as mulheres tornam-se “fornadeiras”, trabalhadoras remuneradas que continuam com sua jornada de tarefas no espaço doméstico.

Na seção Resenhas, Juliana do Prado apresenta o livro *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. Neste livro, a professora do Massachusetts Institute of Technology – MIT, analisa nossas relações afetivas com a tecnologia que, no limite, demonstram um paradoxo: estamos cada vez mais conectados mas, ao mesmo tempo, cada vez mais sozinhos.

Giane Silvestre resenha o livro *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*, de Jacqueline Sinhoretto. Fazendo uma reflexão sociológica sobre o sistema de justiça e suas reformas, partindo de um amplo e intenso trabalho etnográfico nos Centros de Integração da Cidadania (CICs) de São Paulo, Sinhoretto nos mostra a complexidade do processo de implementação da justiça, em que relações de poder, disputas políticas e conflitos administrativos podem levar a caminhos não previstos ou planejados.

A revista *Contemporânea* mais uma vez agradece o apoio da Fundação Ford e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Comitê Editorial

Jorge Leite Júnior, Jacqueline Sinhoretto e Richard Miskolci

